

43° Encontro Anual da Anpocs

ST Etnografias do capitalismo

Circulação mercantil da força-de-trabalho: questões etnográficas

Gil Felix (UNILA)

Circulação mercantil da força-de-trabalho: questões etnográficas¹

Gil Felix (UNILA)

Introdução

Ao longo das últimas décadas, processos em curso no mundo do trabalho no âmbito de um regime de acumulação flexível do capital têm demonstrado algumas tendências globais, ainda que caracterizadas por dinâmicas e parâmetros por vezes bastante distintos entre si. Tais tendências podem ser observadas, por exemplo, a partir dos dados a respeito do tempo médio de permanência no emprego - que atualmente está diminuindo em praticamente todos os países que produzem esse tipo de informação - assim como dos dados do que as agências estatísticas denominam trabalho atípico - que constata o aumento de jornadas de trabalho, por um lado, e, coincidentemente, por outro, o aumento de horas no “desemprego” (ILO, 2015a; 2015b; DIEESE, 2011; 2017).

Sob variadas perspectivas, tais tendências têm sido analisadas por diversos pesquisadores (Gaudemar, 1987; Bihr, 1998; Castel, 1998; Gounet, 1999; Antunes, 1999; Linhart, 2007; Harvey, 2008; Beaud e Pialoux, 2009; Sennett, 2010; Sotelo, 2012; Smith, 2016; Graeber, 2018). Alguns processos que podem ser relacionados a essas tendências têm motivado abordagens

¹ Paper apresentado no 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, Caxambu, outubro de 2019. Dados de pesquisa realizada com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

sociológicas e abstrações conceituais que visam melhor apreender os fenômenos em curso, sendo que determinadas noções produzidas a partir dos centros de pesquisa situados em países centrais, como Inglaterra e França, vêm atraindo particular adesão entre pesquisadores de diversas origens. Caso, por exemplo, da ideia da emergência mundial do que seria uma nova classe social (Standing, 2011; Antunes, 2018; Braga, 2017; Dal Roso, 2017; Sotelo, 2016; Felix e Sotelo, 2019).

Nossa investigação recente propôs analisar esses processos a partir de pesquisa situada na Amazônia Oriental, com dados produzidos por meio de entrevistas e de observações de natureza etnográfica em pesquisa realizada junto a trabalhadores de um grande projeto da indústria da mineração e/ou em trânsito nas cidades do entorno do mesmo (Felix, 2019). Os trabalhadores/as que acompanhamos apresentaram percursos laborais com circulação, principalmente, nas empresas terceirizadas e subcontratadas da mineradora, nas empresas agropecuárias, no mercado informal remunerado por dia de trabalho ou tarefa e no emprego doméstico em várias regiões do país e, certos casos, também de outros países.

Nosso propósito foi analisar tais tendências à luz da teoria do valor de Karl Marx, em particular, da teoria sustentada em *O Capital*, embora, nesse caso, em perspectiva reversa, isto é, mais a partir do que seriam as "margens" do sistema mundial do que de seus centros "avançados" e, também, mais a partir dos "marginais" da classe trabalhadora do que das frações de classe mais consagradas nos discursos políticos e acadêmicos. Ao fim, seguindo o mesmo exercício lógico e perspectivo, também propomos revisitar a própria teoria marxiana do valor, ressaltando alguns aspectos comumente tidos como

teoricamente "menos centrais" nas leituras mais consagradas de *O Capital* de Marx.

O paper está organizado em três tempos-argumentos que serão apresentados, de forma resumida, nessa ordem: 1) relação entre as chamadas frentes de expansão e o sistema/mercado mundial; 2) relação entre os trabalhadores designados como peões-de-trecho e a condição proletária contemporânea; 3) relação entre a circulação mercantil da força-de-trabalho e a teoria do valor/classe referenciada em *O Capital*².

1) frentes de expansão e sistema/mercado mundial

A partir de dados sintetizados em pesquisas anteriores (Velho, 1972; 1982; Felix, 2008a; 2008b), ressaltamos o sentido da integração mundial dos agentes de mercado das frentes de expansão na Amazônia desde o início da ocupação baseada na economia extrativa exportadora nos séculos XIX e XX até a presente integração mundial dependente dada pelo advento dos grandes projetos da década de 1970 (Cf. Felix, 2018b)³.

Desde então, o processo de implantação dos grandes projetos constituiu uma região integrada de forma dependente ao mercado mundial, voltada para a produção de minérios, especialmente ferro, e, na última década, também para a produção de carne a partir de uma cadeia de produção com o capital

² Dados os limites e o objetivo dessa comunicação, cada uma dessas seções tem referências a outros trabalhos meus recentemente publicados que serão indicados para o/a leitor/a porventura interessado/a.

³ Dessa forma, relacionamos tais desdobramentos empíricos com proposições anteriormente elaboradas no bojo da teoria social crítica latino-americana, em especial, com a que foi formulada por Ruy Mauro Marini a respeito da reprodução da dependência e do ciclo do capital na economia dependente (Marini, 1973; 1979; Felix, 2017b; Felix e Guanais, 2018; 2019).

concentrado em uma ou duas grandes empresas voltadas para exportação, cujos fornecedores, aos quais os pequenos produtores estão subordinados, são grandes e médias empresas agropecuárias.

Em geral, a reprodução da dependência é indubitavelmente demarcada a partir dos grandes projetos dos 1970, em que se observa uma integração mais profunda entre os agentes de mercado, que, em grande parte, já surgiram como elos subordinados de uma cadeia de produção instituída sistemicamente em escala mundial. De fato, nas décadas seguintes, a implantação da indústria da mineração inseriu agentes políticos e econômicos cuja escala de ação diferia bastante das ocupações e frentes anteriores.

No entanto, mesmo quando menos perceptível, essa integração, em último (ou, muitas vezes, em primeiro) caso mundial, já ocorria nas frentes anteriores e, inclusive, já havia sido percebida pelos próprios etnógrafos e historiadores que as analisaram (ainda que, em termos teóricos, tais relações tenham sido comprometidas sob expectativas modernizantes e/ou paradigmas desenvolvimentistas).

Nesse caso, a expansão das frentes de expansão agrícolas que se desenvolveram a partir dos anos 1950 na região é um bom exemplo. Ao contrário das frentes de expansão anteriores, extrativistas (borracha, castanha, diamante), formadas por entrepostos de comercialização totalmente voltados para o mercado externo, ou seja, de uma típica economia exportadora, na frente de expansão agrícola teria surgido a figura do pequeno produtor de terra firme, cuja produção era voltada para o mercado interno de arroz.

Enquanto os grandes produtores ainda produziam principalmente castanha, dedicando-se à pecuária apenas de maneira complementar e

subordinada, cujo mercado restringia-se localmente ou a um único centro (Belém), os pequenos produtores independentes (maranhenses-paraenses) produziam um arroz que, a despeito das distâncias, chegava a centros consumidores como o Rio de Janeiro com preços mais baixos que os produzidos em outras regiões do país e que, sendo de pior qualidade, era consumido pela população mais pauperizada das cidades. Esse arroz, porém, cumpria uma função supletiva e complementar no mercado nacional e internacional. Era comercializado quando a produção de arroz no Centro-Oeste abaixava e não era suprida pelo arroz produzido no Rio Grande do Sul, de maior preço, voltado para a exportação (Velho, 1972: 123-25).

Em seguida, a nova fase instaurada pela abertura das estradas, em especial, do ramal de Marabá à Estrada Belém-Brasília (Estrada PA-70, atual BR-222), transformaria a paisagem dos castanhais da região, em um espaço curto de tempo, em grandes pastagens. Também em um espaço relativamente curto de tempo, a pecuarização integraria os pequenos produtores de arroz dessa frente de expansão aos médios e grandes produtores, primeiro, como fornecedores de terras convertidas em pasto e, nas décadas seguintes, principalmente a partir dos 1990, quando a pequena produção também se converte à pecuária, em fornecedores de bezerras. Nos arredores das últimas estradas construídas, como a PA-150 (Moju-Redenção, a “estrada-tronco” do Pará que liga o nordeste ao sudeste do estado), já pudemos observar a mudança no próprio padrão de formação das pastagens por parte dos pequenos produtores dessas frentes de expansão (Felix, 2008). Quando a trajetória anterior previa uma produção de arroz após o primeiro desmate e, apenas depois da colheita, a formação da pastagem, a nova trajetória de pecuarização

previa uma conversão direta da mata em pastagem, sem sequer passar pelo plantio do arroz.

Nesse sentido, no que se refere aos aspectos que aqui nos interessam inicialmente, ao relacionar as frentes de expansão com o sistema/mercado mundial, ressaltamos alguns dados da pesquisa a fim de indicar, como implicação epistêmica, a necessidade de uma abordagem diacronicamente e sincronicamente mundial dos processos observados empiricamente no caso em estudo. E, junto a essa implicação epistêmica, também algumas implicações teóricas, já que, atualmente, tais processos históricos analisados a partir dos chamados rincões da Amazônia brasileira ganhariam maior poder explicativo frente a determinados fenômenos observados nos próprios centros capitalistas avançados. De certa maneira, hoje, esses rincões - que até então representavam um dos pontos mais afastados do sentido da modernidade - permitem desconstruir antigas teorias que, por exemplo, tomavam as relações de superexploração do trabalho como expressões empíricas de processos extemporâneos (expressões do “passado” ou do “atraso”; fenômenos em extinção e/ou superáveis pelo desenvolvimento econômico e social do capitalismo).

2) peões-de-trecho e condição proletária contemporânea

Em seguida, ressaltamos algumas características das morfologias sociais de deslocamento e de reprodução dos trabalhadores/as entrevistados tanto nas cidades do entorno do grande projeto da indústria da mineração, quanto em outras regiões do país, face a transformações mais amplas na morfologia das

classes trabalhadoras que vêm sendo analisadas nas ciências sociais do trabalho das últimas décadas. Para isso, destacamos um dos aspectos fundamentais desse processo e o comparamos com nossos dados.

Desde a crise mundial ocorrida nos anos 1970, a utilização generalizada das estratégias empresariais empregadas sob um padrão de acumulação flexível do capital implica em alguns aspectos do que vêm sendo designado sob os termos “flexibilização” ou, outros casos, “precarização do trabalho”. De forma mais recente, dado o impacto da expansão das relações de trabalho inspiradas na empresa Uber e/ou do trabalho realizado sob plataformas digitais, em que certas tendências anteriores desse processo vêm sendo radicalizadas, tais transformações também vêm sendo designadas como “uberização do trabalho”, “plataformização do trabalho” etc.

Como tal, o processo foi relacionado a uma série de questões: impactos das empresas estruturadas em rede e a adoção das novas tecnologias de informação e comunicação (Castells, 1999; Lojkine, 1995); desemprego, declínio dos contratos de compra de força de trabalho por tempo indeterminado e aumento dos contratos por tempo parcial ou determinado (Castel, 1998); informalização, desregulamentação, diminuição ou ausência de direitos trabalhistas (Antunes, 2011); remuneração variável; multifuncionalidade ou polivalência (Bihl, 1998); jornadas de trabalho variáveis, deslocalizadas ou indeterminadas (Sennett, 2010); subcontratação e práticas generalizadas de *outsourcing*, dentro, fora ou através das fronteiras nacionais, nas mais variadas formas (contratos de trabalho domiciliar, contratos de empresa fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros – empresas e/ou indivíduos – e contratos de empresas cujos trabalhadores executam a atividade produtiva ou

serviço na planta da contratante, geralmente com a formação de subcontratações escalonadas; Cf. Druck, 1995; Smith, 2016).

No mesmo sentido, frisamos algo *transversal* às análises já realizadas: o *processo de aceleração e amplificação da circulação da força de trabalho* ou, como propusemos, em termos conceituais, simplesmente, *supercirculação* (Felix, 2017a; 2018a). Para tanto, ressaltamos a relação epistemologicamente simples que se estabelece entre o novo padrão de acumulação flexível – em especial a dinâmica específica que assume a circulação do capital – e a circulação mercantil da força de trabalho que lhe é subsumida.

Considerando que a acumulação flexível envolve fundamentalmente uma mudança na circulação do capital em termos de rotação, de relação tempo-espacial em compressão, há também uma mudança em curso das formas de produção, circulação e utilização da força de trabalho, que decorrem dessa nova circulação do capital. Como o que se requer é o uso “flexível” da força de trabalho no processo de trabalho advindo da acumulação flexível do capital, isto é, a adoção de métodos de compra e venda *just-in-time* ou de “fim dos estoques” de força de trabalho, observamos que não se trata propriamente de prescindibilidade, mas sim de *aumento de sua circulação*, enquanto mercadoria, o que, por sua vez, implica em uma série de mudanças também na *produção* e na *utilização* da força de trabalho e, por conseguinte, na reprodução social de todos aqueles que estão subsumidos a tal regime de acumulação.

Dentre outros aspectos, os dados de nossa pesquisa permitiram analisar frações trabalhadoras caracterizadas por uma alta circulação da força de trabalho atrelada a uma intensa mobilidade espacial e, nesse sentido, abordar a relação acima indicada, qual seja, em termos teóricos, condições de circulação

da força de trabalho e transformações morfológicas no âmbito da classe trabalhadora (Felix, 2019).

Esse foi o caso, por exemplo, dos denominados peões-de-trecho, forma como são designados parte dos trabalhadores homens em situação de não família que se encontram em busca de trabalho nas cidades da região. A análise de seus percursos demonstrou que parte desses, de fato, não tinham núcleos familiares e grupos domésticos constituídos e outra parte não os constituíram em momento pretérito algum, mesmo quando ressalvados alguns equívocos metodológicos comumente cometidos por pesquisadores e demais agentes de registro de informações sociais a respeito das frações economicamente empobrecidas dos trabalhadores⁴.

Nesse caso, nossa análise permitiu sistematizar as complexas constituições e desconstituições dos arranjos reprodutivos desses trabalhadores e demonstrar a forma como eram relacionadas a condições específicas de circulação. Isto é, dependendo dessas condições, os trabalhadores organizavam suas unidades sociais de reprodução desde unidades de deslocamento compostas por grupos de três gerações e/ou núcleos familiares distintos até o denominado peão-de-trecho solitário e "sem ponto certo", assim como, na maioria das vezes, também alternavam esses arranjos de acordo com as condições sociais de obtenção de remuneração por meio do trabalho e/ou com a

⁴ Os arranjos reprodutivos são geralmente confundidos pela forma como o trabalhador se apresenta em determinada cidade de destino. Dessa forma, tomados sem maior cuidado, podem invisibilizar tanto o próprio arranjo realizado em dada situação de deslocamento/trabalho quanto o percurso desses trabalhadores que, não raras vezes, por exemplo, alterna situações de família e situações de não-família (com grupos domésticos residentes no local ou não). A situação de não família do peão-de-trecho, a provisoriedade da constituição dos grupos domésticos e a relação muitas vezes descontínua com outros membros do núcleo familiar normalmente não correspondem a idealizações da família como algo fixo, duradouro e estável, sendo classificados por observadores alter-classistas a partir de uma noção etnocentricamente enviesada de "ausência".

situação de venda ou não da força-de-trabalho (e não, por exemplo, a partir de uma determinada opção cultural pelo “movimento” ou pela “fixidez”). Ou seja, essa mobilidade e, portanto, diversidade de arranjos reprodutivos foi condicionada pelas relações de produção, e não o contrário, tal como eram representados os mesmos por meio dos discursos elaborados a partir de sujeitos em outras posições sociais.

Em geral, esses trabalhadores mantinham léxico comum com o uso de categorias de referência social de vidas de deslocamento e trabalho caracterizadas pela indefinição espacial e temporal da permanência, como “mundo”, estar “no mundo”, estar “rodado no mundo”, dentre outras. A semântica dessas noções comumente estava relacionada à sujeição deles mesmos a um movimento (ou fixidez) sobre o qual eles não tinham controle, embora, frente a essa sujeição, lidassem em termos práticos com tecnologias e gramáticas socialmente constituídas de deslocamento, conjugalidade, moradia, rebeldia etc.

3) valor e classe

Enfim, ao analisar os dados produzidos por nossa pesquisa junto aos trabalhadores frente à literatura em questão sobre os processos contemporâneos no chamado mundo do trabalho, também vimos a necessidade de enfatizar uma *démarche* metodológica para os estudos do trabalho, no sentido de algumas implicações que estariam cada vez mais prementes para essas pesquisas.

Nesse sentido, frisando um processo de aceleração e amplificação da circulação mercantil da força de trabalho, fizemos dois exercícios teóricos

correlatos de releitura de *O Capital*: a) sobre a composição da classe trabalhadora, e; b) sobre a própria circulação da mercadoria força de trabalho.

Em um primeiro momento, frisamos que o processo indicado significa não apenas efeitos teóricos clássicos de maior intensidade da ação social do exército de reserva, tal como analisou Marx na acepção original desse conceito, como demissibilidade, concorrência e rebaixamento ou controle salarial, mas, atualmente, também, uma *alteração na própria relação entre exército ativo e exército de reserva*, no sentido de uma aproximação e, dessa forma, em uma nova condição proletária imposta à classe trabalhadora.

Em termos teóricos, as formas que assume hoje a circulação mercantil de força de trabalho tendem a fazer diminuir cada vez mais a distância entre exército ativo e exército de reserva, constituindo uma “classe trabalhadora de reserva”, em circulação constante⁵. Isto é, aquilo o que caracterizava historicamente algumas camadas contínuas do exército de reserva a que Marx teria associado etimologicamente à liquidez, fluência ou flutuação com o uso dos termos “*flüssige*” e “*fließender*”, por exemplo, em 1867, agora também tenderiam a ser características, ou situações, de frações cada vez mais amplas da classe trabalhadora. Em vez de fronteira, há de se pensar em trânsito, movimento, ou, certos casos, quase indistinção – o que não significa propriamente a emergência de uma “nova classe social”, mas uma nova morfologia da classe trabalhadora, dado que, mantendo referência conceitual em *O Capital*, por exemplo, as relações sociais são rigorosamente as mesmas daquelas descritas por Marx.

⁵ Dado o processo de “flexibilização” ou precarização dos contratos de trabalho, essa aproximação não implica necessariamente um trânsito formal-informal ou, certos casos, até mesmo emprego-desemprego. A situação ativo-reserva pode ser intermitente ou, certos casos, até mesmo praticamente indistinguível dentro do próprio mercado formal de compra e venda de força de trabalho regulado pelo Estado.

Em termos básicos, tendo a criticamente poderosa categoria “força-de-trabalho” como parâmetro para a análise da mercadoria vendida pelo trabalhador assalariado, Marx definiu que “Todo trabalhador a integra [superpopulação relativa ou exército industrial de reserva] durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (Marx, 2013: 716).

Portanto, ainda que estejam relacionadas a condições de trabalho tecnicamente próprias de uma acumulação flexível, tal processo decorre da própria natureza das relações sociais de produção estabelecidas no trabalho assalariado e, a rigor, advêm do mesmo mecanismo mercantil capitalista de valorização do valor e de exploração da força de trabalho. No modo de produção capitalista, enquanto mercadoria, a força de trabalho é necessariamente “móvel”, isto é, sempre sujeita à “mobilidade”, como propunha Gaudemar (1977), referindo-se às mudanças espaciais e qualitativas impostas pela circulação e acumulação do capital.

Por outro lado, tal como já demonstramos em outra oportunidade, como em Felix (2017a; 2018a), analisando teoricamente essas tendências a partir das categorias de *O Capital* de Marx, por exemplo, podemos compreender um processo contraditório de dilapidação da força de trabalho e de produção de mais-valor dado pelo aumento do tempo de circulação (tempo de não venda) da mercadoria ao mesmo tempo em que aumenta o tempo de trabalho (horas de consumo). Ou seja, uma condição proletária caracterizada por maior circulação mercantil da força de trabalho do trabalhador na qual, ao mesmo tempo em que o trabalhador “trabalha mais”, isto é, de forma mais intensa e prolongada, quando vende sua força de trabalho, também “ganha menos”, ficando mais tempo em busca de trabalho ou sem trabalho, de forma não remunerada.

Desse exercício, ressaltamos como, dentro de uma tradição de análise de classe referenciada em *O Capital*, um entendimento pleno da relação entre uma teoria do valor de Marx e uma perspectiva sociológica plena da classe trabalhadora exige observar que a condição de mercadoria da força de trabalho no modo de produção capitalista deve levar em conta sua *rotação*, para o que importa, dialeticamente, tanto a esfera da produção quanto a esfera da circulação. E que, assim como na análise de qualquer outra mercadoria, *essas esferas não podem ser epistemologicamente separadas*.

Grosso modo, tal observação pode e deve ser desdobrada em inúmeras implicações no que se refere à crítica contemporânea da economia política, assim como para a análise sócio-antropológica da classe trabalhadora plataformizada, uberizada ou em uberização. Uma dessas implicações está na relação valor-preço da força de trabalho e na possibilidade de regimes de *superexploração do trabalho*. Outra implicação está, justamente, na visibilidade teórica de membros da classe trabalhadora supostamente “ausentes” (leia-se não observados pelo sujeito histórico de construção de conhecimento) da teoria do valor/classe de *O Capital*: deficientes, mulheres, crianças, velhos, não-brancos, não-europeus, “marginais” etc.

Nesse último ponto, cabe frisar que visamos restituir em termos teóricos algumas observações da nossa pesquisa junto aos/às trabalhadores/as que acompanhamos mais detidamente. Esse foi o caso, dentre outros, dos peões-de-trecho, cujas características que indicamos anteriormente nesse paper não diferem de uma parcela significativa da classe trabalhadora em formações sociais dependentes como a brasileira.

Considerações finais

Nas três seções desse paper, resumimos os resultados e o sentido pelo qual os dados produzidos em nossa pesquisa específica sobre os/as trabalhadores/as nas cidades do sudeste do estado do Pará puderam contribuir para a análise dos próprios processos sociais mais amplos de que são parte. E, da mesma forma, também indicamos a possibilidade de novas contribuições teóricas a partir dos mesmos.

Sendo assim, considerando uma pesquisa baseada, de certa forma, tanto empírica quanto teoricamente no que outrora fora considerado a margem (ou à margem) do sistema capitalista mundial, nossa análise frisou uma démarche atenta, por um lado, para as condições de reprodução social dos trabalhadores na contemporaneidade e, por outro, para um programa de estudos coerente com as mesmas, isto é, no caso, para pesquisas que não obliterem epistemologicamente as relações sociais de circulação.

No que se refere a esse programa de estudos, portanto, ressaltamos um amplo leque de questões a ser verificado mediante pesquisa empírica que, por meio de pesquisa de natureza etnográfica, por exemplo, tenha como objeto, dentre outras questões, os deslocamentos espaciais e sociais (entre profissões, entre setores, entre firmas etc.) e os rearranjos geracionais, de gênero, de parentesco, conjugalidade, sexualidade, domesticidade, morfologia social reprodutiva, ação, organização e ativismos políticos classistas em geral.

Referências

- Antunes, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1999.
- Beaud, S.; Pialoux, M. *Retorno à condição operária*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- Bihar, A. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- Braga, R. *A rebeldia do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Dal Rosso, S. *O ardil da flexibilidade*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- De Giovanni, Biagio. *La teoría política de las clases en 'El Capital'*. Mexico DF: Siglo XXI, 1984.
- Dieese. *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. São Paulo: Dieese, 2011.
- Dieese. *Impactos da Lei 13429/17*. São Paulo: Dieese, 2017.
- Druck, Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.
- Felix, Gil. *O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa em uma região da Amazônia Oriental*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008a.
- Felix, Gil. *Desenraizamento social, superexploração do trabalho e mobilidade espacial no sudeste do Pará*. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*, Caxambu, 2008b.
- Felix, Gil. *Circulação e superexploração do trabalho*. *Anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Caxambu, 2017a.
- Felix, Gil. *Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini*. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 47, 2017b.
- Felix, Gil. *Circulación y superexplotación del trabajo*. *Sociología del Trabajo*, 92, p. 87-105, 2018a.
- Felix, Gil. *Frentes de expansão e superexploração do trabalho: questões teóricas e metodológicas*. *Anais do X Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural (ALASRU)*, Montevideo, 2018b.

- Felix, Gil. *Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação*. Rio de Janeiro: FAPESP/Lamparina Editora, 2019.
- Felix, G.; Guanais, J. Apresentação. In: Guanais; Felix (orgs.). *Superexploração do trabalho no século XXI: debates contemporâneos*. Marília: Editora Práxis, 2018.
- Felix, G.; Guanais, J. Prólogo. In: Guanais; Felix (coords.). *Superexplotación del trabajo en el siglo XXI*. Bremen: El Tiple, 2019.
- Felix, G.; Sotelo Valencia, A. A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência. *Astrolabio Nueva Época*, 23, p. 1-26, 2019.
- Gaudemar, J.-P. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- Gaudemar, J.-P. De l'ouvrier-masse au travailleur flexible. *Vingtième Siècle*, n. 14, p. 13-24, Apr./Jun., 1987.
- Gounet, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- Graeber, David. *Bullshit jobs: a theory*. Simon & Schuster, 2018.
- Harvey, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
- International Labour Organization. *World employment and social outlook 2015: The changing nature of jobs*. Geneva: International Labour Office, 2015a.
- International Labour Organization. *Labour Market reforms since the crisis: drivers and consequences*. Geneva: ILO, 2015b.
- Linhart, Daniele. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Marini, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Mexico DF: Era, 1973.
- Marini, R. M. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: Oswald (org.). *Mercado y dependencia*. Mexico DF: Nueva imagen, 1979.
- Marx, Karl. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- Marx, Karl. *O Capital*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.
- Marx, Karl. *O Capital*. Livro III (vols. 4,5 e 6). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Sennett, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Smith, John. *Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016.

Sotelo, Adrián. *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el siglo XXI*. México D.F.: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

Sotelo, Adrián. *Precariado ou proletariado?* Bauru: Canal 6, 2016.

Standing, Guy. *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury Academic, 2011.

Velho, Otavio. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Velho, Otavio. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.